

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009**

### **1. ATIVIDADE OPERACIONAL**

A Banestes DTVM S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pelo Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo, tem por objetivo principal a realização de operações com intermediação de títulos e valores mobiliários, administração e gestão de fundos de investimento.

### **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/1976, e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), no que for aplicável.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil.

Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil, são:

- Resolução nº 3.566/2008 – Redução ao valor recuperável de ativos.
- Resolução nº 3.604/2008 – Demonstração do fluxo de caixa.
- Resolução nº 3.750/2009 – Divulgação sobre partes relacionadas.
- Resolução nº 3.823/2009 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva. Com isso ainda não é possível estimar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações contábeis da Sociedade.

### **3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

#### **a) Ativos e Passivos**

As operações ativas e passivas contratadas com encargos pré-fixados são contabilizadas pelo montante pactuado (principal e encargos), sendo que a contrapartida do montante dos encargos é registrada nas contas retificadoras de “rendas e despesas a apropriar”.

#### **b) Apuração do Resultado**

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios, sendo ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidente sobre os lucros tributáveis e, quando aplicável, pelo imposto de renda e contribuição social diferidos que serão recuperados ou exigidos em exercícios seguintes.

#### **c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**

Registradas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos com base na taxa de remuneração contratada.

#### **d) Títulos e Valores Mobiliários**

De acordo com a Circular nº 3.068/2001 e regulamentação complementar, são classificados e avaliados, de acordo com a capacidade financeira de cada empresa, atendendo os seguintes critérios de contabilização:

- Títulos para negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos são avaliados pelo valor de mercado computando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

- Títulos disponíveis para venda: títulos e valores mobiliários contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos na demonstração de resultado, e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido (Ajuste a Valor de Mercado - Títulos Disponíveis para Venda) até a sua realização por venda, líquidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.
- Títulos mantidos até o vencimento: títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. Esses títulos são avaliados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, os quais devem impactar o resultado do período.

**e) Investimentos Permanente**

O investimento em sociedade controlada é avaliado pelo método da equivalência patrimonial (nota 8). Os demais investimentos são avaliados pelo valor de aquisição e deduzidos de provisão para perda, quando aplicável.

**f) Tributos**

Provisionados às alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda .....	15,00%
Adicional de Imposto de Renda .....	10,00%
Contribuição Social - Instituições Financeiras .....	15,00%
COFINS .....	4,00%
PIS .....	0,65%
ISS .....	5,00%

As alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009 (artigos 36 e 37), que modificam o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício não tiveram efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo regime tributário de transição (RTT), sendo utilizadas para fins tributários, as normas vigentes em 31/12/2007.

**g) Valor de Recuperação de Ativos - Impairment**

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens e créditos tributários, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 não existiram indícios de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites e com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

Para fins da demonstração do fluxo de caixa, o valor de caixa e equivalentes de caixa é composto por:

	2010	2009
	R\$ Mil	R\$ Mil
Disponibilidades .....	15	20
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez .....	627	3.887
<b>Total</b> .....	<b>642</b>	<b>3.907</b>

**5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**

Representadas por operações compromissadas com o Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo. As operações compromissadas estão lastreadas em títulos públicos federais (Letras Financeiras do Tesouro) com compromisso de recompra.

## 6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira, foram classificados de acordo com a capacidade financeira da empresa, como “disponíveis para venda”, e suas respectivas faixas de vencimentos estão assim classificados:

### a) Classificação por Tipo de Papel e Vencimento

	Vencimento	2010	2009
		R\$ Mil	R\$ Mil
<b>Carteira Própria</b>			
Ações de Companhias Abertas.....	s/ vencimento	1.076	1.367

### b) Movimentação de Ações no Exercício de 2010 - Classificadas na Categoria Disponíveis para Venda

No mês de dezembro de 2010 o Conselho de Administração do Acionista Controlador Banestes S.A., aprovou a decisão tomada pela Diretoria da Sociedade, de alienar a quantidade de 80.000 ações adquiridas em 04/11/2009, a valor de R\$ 17,09, que corresponde a 100% da posição acionária da Banestes DTVM na Cielo S.A..

Dada a intenção da administração e com objetivo do resultado positivo, apurado quando da alienação dessas ações, foi efetuada a transferência dessa participação societária registrada em Ações e Cotas - Investimento no Ativo Permanentemente para a Carteira de Títulos e Valores Mobiliários, categoria “Disponíveis para Venda” no Ativo Circulante.

A transferência da quantidade de 80.000 ações da Cielo S.A., foi efetuada em dezembro de 2010, a valor de R\$ 13,45, com reflexo negativo no Patrimônio Líquido, líquido dos impostos, no valor de R\$ 174 mil.

## 7. OUTROS CRÉDITOS

### a) Circulante - Diversos

	2010	2009
	R\$ Mil	R\$ Mil
(1) Crédito Tributário de Impostos e Contribuições .....	117	—
Devedores por Depósito em Garantia - Para Interposição de Recurso Fiscal .....	303	298
Impostos e Contribuições a Compensar.....	70	61
Pagamentos a Ressarcir.....	23	22
<b>Total</b> .....	<b>513</b>	<b>381</b>

(1) O crédito tributário no valor R\$ 117 mil (CSLL R\$ 44 mil e IRPJ R\$ 73 mil), é proveniente do ajuste a valor de mercado das ações da Cielo S.A., classificado como “Disponíveis para Venda”, com reflexo negativo no Patrimônio Líquido, líquido dos impostos.

O Crédito foi constituído pela aplicação das alíquotas vigentes de IRPJ (25%) e CSLL (15%) e a sua realização se dará quando da alienação das ações, de acordo com a intenção da administração.

### b) Realizável a Longo Prazo

	2010	2009
	R\$ Mil	R\$ Mil
(1) Finsocial a Compensar .....	1.183	2.044
(2) PIS a Compensar .....	1.497	1.485
(3) Depósito Judicial CSLL-Aumento de Alíquota-6%.....	288	20
Outros.....	6	1
<b>Total</b> .....	<b>2.974</b>	<b>3.550</b>

(1) A Sociedade mantinha registrado crédito de finsocial no valor de R\$ 2.110 mil gerados em decorrência da majoração das alíquotas do Finsocial (alíquotas superiores a 0,5%) promovida pelas Leis nº 7.787/1989 (art. 7º); nº 7.849/1989 (art. 1º) e nº 8.147/1990 (art. 1º).

Este tema já está pacificado pelo Supremo Tribunal Federal, quando declarou a inconstitucionalidade da cobrança para empresas comerciais, mistas e Instituições Financeiras, e, declarou constitucional a exigência do Finsocial para empresas exclusivamente prestadoras de serviço.

Com o encerramento de todos os prazos para interposição de recursos pelas partes no processo judicial, se tornou certo o crédito no valor de R\$ 1.183 mil, conforme planilhas elaboradas consoante a decisão judicial e normas vigentes. O saldo do ativo foi adequado ao valor devido em 31/12/2010. Aguardando procedimento para apresentação e homologação do pedido de compensação junto à Receita Federal.

- (2) A Sociedade registrou contabilmente créditos oriundos do PIS com base na declaração de inconstitucionalidade dos Decretos-leis nº 2.445/1988 e nº 2.449/1988 proferida pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário nº 1487452/RJ bem como com base na Resolução nº 49/1995 do Senado Federal.

Afastados os Decretos-leis nº 2.445/1988 e nº 2.449/1988 foi aplicada a Lei Complementar nº 7/1970 (instituidora do PIS) eis que, após o advento da Constituição Federal de 1988, ficou vedado o tratamento desigual entre empresas públicas e privadas. Esta ação transitou em julgado em 14/06/2007. Em 18/03/2008 foi deferido o pedido de habilitação do crédito junto à DEINF/RFB/RJ para o procedimento da compensação. Em consonância com a sentença que transitou em julgado, a Sociedade vem procedendo a compensação.

- (3) Ação ajuizada objetivando decisão judicial que assegure a declaração incidental de inconstitucionalidade do artigo 17 da Medida Provisória nº 413/2008, convertida na Lei nº 11.727/2008, concernente à elevação de alíquota da CSLL para empresas dos setores financeiros e seguros de 9% para 15%.

## 8. INVESTIMENTOS

### a) Participação em Controlada no País

A Sociedade participa do capital social da Banestes Administradora, Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização Ltda..

Em 29/04/2010 a Banestes Administradora, Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização Ltda., aumentou o capital social em R\$ 100 mil, com capitalização do saldo da conta de Lucros Acumulados, sem alteração na participação dos quotistas e como consequência disto a Banestes DTVM S.A. passou a deter 5.399.838 quotas.

Principais dados relativos à sociedade controlada:

	2010	2009
	R\$ Mil	R\$ Mil
Capital Realizado Atualizado.....	5.400	5.250
Patrimônio Líquido .....	7.227	6.695
Percentual de Participação .....	99,997	99,997
Lucro Líquido do Exercício .....	1.435	1.059
Receita/Despesa da Equivalência Patrimonial.....	1.431	1.059
Juros sobre o Capital Próprio Disponibilizados.....	346	344
Recebimento de Lucros de Controlada .....	900	—
Valor Contábil do Investimento .....	7.226	6.695

## 9. IMOBILIZADO DE USO

Está registrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada, ambos corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, calculada pelo método linear com base na vida útil estimada, observando-se as seguintes taxas anuais: 10% para móveis e utensílios e sistemas de comunicação.

	2010	2009
	R\$ Mil	R\$ Mil
Móveis e Utensílios.....	32	42
Sistema de Comunicação .....	116	116
Outros.....	48	48
<b>Subtotal .....</b>	<b>196</b>	<b>206</b>
Depreciação Acumulada .....	(159)	(158)
<b>Total.....</b>	<b>37</b>	<b>48</b>

Conforme Resolução CMN nº 3.566/2008, o saldo do imobilizado está ajustado ao seu valor recuperável.

## 10. OUTRAS OBRIGAÇÕES

### a) Circulante

Na conta negociação e intermediação de valores estão registradas as operações efetuadas com clientes e corretoras, referentes a compra e venda de valores mobiliários, que foram pagos até o dia 05/01/2011.

### b) Exigível a Longo Prazo

	2010	2009
	R\$ Mil	R\$ Mil
(1) Provisão Finsocial .....	–	2.044
(2) Provisão CSLL-Aumento de Alíquota-6%.....	288	20
Outros.....	7	1
<b>Total.....</b>	<b>295</b>	<b>2.065</b>

- (1) A Sociedade mantinha provisionamento sobre o valor total de Finsocial registrado no ativo considerando a atual posição processual das ações envolvendo o Sistema Financeiro Banestes. Com o encerramento de todos os prazos judiciais para interposição de recursos pelas partes, se tornou certo o crédito, procedendo a reversão de todo o valor provisionado em 31/12/2010.
- (2) Provisão de Contribuição Social, ação ajuizada objetivando decisão judicial que assegure a declaração incidental de inconstitucionalidade do artigo 17 da Medida Provisória nº 413/2008, convertida na Lei nº 11.727/2008, concernente à elevação de alíquota da CSLL para empresas dos setores financeiros e seguros de 9% para 15%.

## 11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE

	2010		2009	
	R\$ Mil		R\$ Mil	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes da Tributação e Participações .....	2.385	2.385	6.128	6.128
Juros sobre o Capital Próprio .....	(228)	(228)	(458)	(458)
Base de Cálculo .....	2.157	2.157	5.670	5.670
Adições/(Exclusões) de Caráter Permanente .....	(3.542)	(3.554)	(1.208)	(1.096)
Adições/(Exclusões) de Caráter Temporário .....	43	43	102	102
Lucro Tributável antes das Compensações .....	(1.342)	(1.354)	4.564	4.676
Comp. Prej. Fiscais e Base Negativa (30%) .....	—	—	(373)	(286)
Base de Cálculo após Compensações .....	(1.342)	(1.354)	4.191	4.390
Alíquota Normal (15%) .....	—	—	629	659
Adicional de Imposto de Renda (10%) .....	—	—	395	—
Valores Devidos .....	—	—	1.024	659
Patrocínios .....	—	—	(10)	—
Imposto de Renda e Contr. Social a Pagar .....	—	—	1.014	659
Despesa de Provisão de IR e CS - Valores Correntes .....	—	—	1.014	659

## 12. CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

A Sociedade é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, onde o Sistema Financeiro Banestes discute judicialmente a exigência de alguns tributos originários de lançamentos, multas e autuações por órgãos fiscalizadores.

Em sua maior parte os processos fiscais são cobranças de tributos federais pela União Federal, representada pela Secretaria da Receita Federal, nos recolhimentos de CSLL e discussão judicial sobre o ISSQN.

Foi constituída provisão de Contribuição Social no valor de R\$ 265 mil, de ação ajuizada objetivando decisão judicial que assegure a declaração incidental de inconstitucionalidade do artigo 17 da Medida Provisória nº 413/2008, convertida na Lei nº 11.727/2008, concernente à elevação de alíquota da CSLL para empresas dos setores financeiros e seguros de 9% para 15%.

As provisões para contingências são constituídas levando em conta a opinião da possibilidade de perda como provável emitida pelos advogados e estão demonstradas a seguir:

Natureza	2010	2009
	R\$ Mil	R\$ Mil
Fiscal .....	412	147

## 13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital Social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2010 e 2009 está representado por 1.360.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, das quais 99,8008% pertencem ao Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo.

Foi deliberado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30/04/2010, de acordo com a proposta da Diretoria, o aumento de Capital Social no valor de R\$ 1.000 mil, passando de R\$ 4.543 mil para R\$ 5.543 mil, sem emissão de novas ações, e com utilização de parte do saldo da Reserva Estatutária. Este aumento de Capital foi aprovado em 05/07/2010 pelo Banco Central do Brasil.

**b) Reserva Legal**

Constituída à base de 5% sobre o lucro líquido apurado, limitada a 20% (vinte por cento) do capital social.

**c) Reserva Estatutária**

Constituída com a finalidade de aumento de capital sendo que, não poderá ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do capital social.

**d) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio**

**d.1) Dividendos**

Os acionistas têm direito a dividendos calculados com base no percentual de 25% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404/1976.

Conforme faculta a Lei nº 9.249/1995 a Sociedade optou pela distribuição de juros sobre o capital próprio, os quais foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios e estão demonstrados a seguir:

	2010	2009
	R\$ Mil	R\$ Mil
Lucro Líquido do Exercício .....	2.385	4.455
Reserva Legal.....	(119)	(223)
Base de Cálculo para os Dividendos (25%).....	2.266	4.232
Dividendos Intermediário 1º semestre .....	—	78
Dividendos Obrigatórios Complementares.....	373	591
Juros sobre o Capital Próprio.....	228	458
Total de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos.....	601	1.127
Imposto de Renda na Fonte incidente s/ Juros sobre o Capital Próprio.....	(34)	(69)
<b>Total de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Líquidos de IRRF .....</b>	<b>567</b>	<b>1.058</b>

**d.2) Juros sobre o Capital Próprio**

Contabilizados no exercício de 2010 no montante de R\$ 228 mil, com retenção de 15% no valor de R\$ 34 mil, exceto para os acionistas pessoas jurídicas imunes ou isentos, que líquidos do imposto de renda na fonte perfazem o montante de R\$ 194 mil, foram calculados com base na remuneração da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), conforme artigo 9º, da Lei nº 9.249/1995.

Demonstrativo de juros sobre o capital próprio e dividendos:

**Exercício 2010**

	Valor Bruto	Valor Líquido	Valor Bruto por Ação
	R\$ Mil	R\$ Mil	
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 1º trimestre.....	114	97	0,00002794
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 2º trimestre.....	114	97	0,00002794
Compl. Dividendos Obrigatórios do 2º semestre.....	373	373	0,00027406
<b>Total.....</b>	<b>601</b>	<b>567</b>	

**Exercício 2009**

	Valor Bruto	Valor Líquido	Valor Bruto por Ação
	R\$ Mil	R\$ Mil	
Dividendos do 1º semestre.....	78	78	0,00005743
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 3º trimestre.....	75	63	0,00005515
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 4º trimestre.....	383	326	0,00028140
Compl. Dividendos Obrigatórios do 2º semestre.....	591	591	0,00043451
Dividendos Adicionais do Exercício.....	2.871	2.871	0,00211124
<b>Total.....</b>	<b>3.998</b>	<b>3.929</b>	



### d.3) Política de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos do Exercício de 2010

Foi aprovada pela Diretoria do Acionista Controlador - Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo em 08/02/2010, sistemática para pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos aos acionistas, referendada na reunião do Conselho de Administração realizada em 25/02/2010, conforme discriminação abaixo:

- Os pagamentos de juros sobre o capital próprio serão mensais e terão como beneficiários os acionistas que estiverem escritos nos registros da Sociedade no último dia útil de cada mês, sendo esse pagamento efetuado no primeiro dia útil do 2º mês subsequente à data de referência, com retenção de 15% do imposto de renda na fonte, exceto para os acionistas pessoas jurídicas que comprovarem sua condição de imunes ou isentos da referida tributação, ficando condicionada ao limite da dedutibilidade da TJLP de cada trimestre, conforme legislação em vigor e ao montante acumulado mensalmente do cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, previsto no Estatuto. Excepcionalmente, para o mês de janeiro de 2010, os juros sobre o capital próprio serão pagos em 15/03/2010 aos acionistas que se encontrarem inscritos nos registros da Sociedade em 26/02/2010;
- Poderão ser pagos dividendos intermediários relativos ao semestre findo em 30/06/2010 “ad referendum” da Assembleia Geral Ordinária de 2011, deduzidos dos juros sobre o capital próprio, até 60 (sessenta) dias após serem declarados;
- Poderão ser pagos dividendos relativos ao exercício de 2010, deduzidos de juros sobre o capital próprio e dividendos intermediários, após realização da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as demonstrações contábeis do exercício.

A Banestes DTVM S.A. acompanhando o acionista controlador, adotou a mesma sistemática de distribuição de juros sobre o capital próprio e dividendos.

### 14. ADMINISTRAÇÃO DE FUNDO E CLUBE DE INVESTIMENTO

A Sociedade é responsável pela administração do Fundo Banestes de Investimento em Ações e do Clube de Investimento dos Empregados do Sistema Banestes - Marlin Azul. O patrimônio líquido dessas instituições totalizavam em 31 de dezembro de 2010, R\$ 4.239 mil (R\$ 6.822 mil em 2009) e R\$ 1.596 mil (R\$ 1.889 mil em 2009), respectivamente, auferindo uma receita de R\$ 195 mil (R\$ 194 mil em 2009).

### 15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Sociedade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, devidamente reconhecidos em sua posição patrimonial, que se destinam a atender necessidades próprias. Não participou de operações com derivativos, administrando riscos de juros e mercado através de política de controles, estratégias de operações e acompanhamento de posições.

### 16. SALDOS E TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, foram efetuadas transações com o Controlador em valores, prazos e condições usuais de mercado, podendo assim serem resumidas:

	2010	2009	2010	2009
	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil
	Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Receita (Despesa)
Disponibilidades .....	15	20	—	—
Aplicações em Operações Compromissadas .....	627	3.887	208	69
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos.....	(372)	(889)	(228)	(457)
Dividendo Adicional .....	—	(2.865)	—	—
Cessão de Pessoal pelo Controlador .....	—	—	(514)	(486)
Demais Transações.....	(16)	(7)	(89)	(77)



**17. OUTRAS INFORMAÇÕES****a) Remuneração dos Administradores**

Os honorários da Diretoria totalizam no exercício de 2010 R\$ 163 mil (R\$ 152 mil no exercício de 2009).

**b) Reclassificação**

Para melhor comparabilidade, foram efetuadas reclassificações no Balanço Patrimonial do exercício de 2009, do Permanente - Outros Investimentos para Circulante - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.

	R\$ Mil	R\$ Mil
<b>Discriminação</b>	<b>De:</b>	<b>Para:</b>
<b>Circulante - Tit. e Valores Mobiliários e Inst. Financeiros Derivativos</b>		
Carteira Própria .....	–	1.367
<b>Permanente - Investimentos</b>		
Outros Investimentos .....	1.367	–

Vitória (ES), 31 de dezembro de 2010

**DIRETORIA**

José Márcio Soares de Barros (Diretor Presidente)  
Ranieri Feres Doellinger  
Anderson Ferrari Júnior

**CONTADORA**

Katya Elvira Paste  
CRC - ES 9.179